

profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

16 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. António José Lopes de Melo, vice-presidente do IICT.

Vogais efectivos:

Dr.ª Maria da Conceição Lopes Casanova, directora de serviços de Apoio do IICT, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Maria João Vigário Garcia, assessora do IICT.

Vogais suplentes:

Doutora Ângela Maria Vieira Domingues, directora do Departamento de Ciências Humanas do IICT.

Dr.ª Maria do Céu Maurício Gomes, assessora do IICT.

6 de Novembro de 2006. — O Vice-Presidente, *António José Lopes Melo*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Biblioteca Nacional

Aviso n.º 12 184/2006

No Gabinete Jurídico da Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83, 1749-081 Lisboa, corre seus termos um processo disciplinar, em que é arguido o auxiliar administrativo Salustiano Tilman, ausente em parte incerta.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 59.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Públicos e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, fica o arguido citado para, no prazo de 30 dias contados da data da publicação, apresentar resposta escrita à nota de culpa que se encontra à sua disposição neste serviço, podendo, nesse mesmo prazo, examinar o processo a qualquer hora do expediente.

3 de Novembro de 2006. — O Instrutor, *Paulo Araújo*.



PARTE E

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Aviso (extracto) n.º 12 185/2006

Por despachos do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos do ISCTE:

Foi autorizada a equiparação a bolseiro no país a Maria do Rosário Domingos Laureano, assistente neste Instituto, para o ano lectivo de 2006-2007.

Foram autorizadas as equiparações a bolseiro no estrangeiro, para o ano lectivo de 2006-2007, às assistentes, neste Instituto:

Helena Isabel Ferreira Soares Correia Tavares.
Maria Gabriela Matias da Silva Alves.

(Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Outubro de 2006. — O Administrador, *Francisco Cal*.

Aviso (extracto) n.º 12 186/2006

Por despachos do presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos do ISCTE:

De 18 de Agosto de 2006:

Foi autorizada a contratação de Ana Paula Franco Marques na categoria de professora auxiliar convidada, além do quadro, neste Instituto, em regime de tempo parcial (30%). O provimento produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data. De acordo com o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, a contratação foi aprovada em reunião do conselho científico de 11 de Julho de 2006.

De 27 de Setembro de 2006:

Foi autorizada a contratação de Patrícia Durães na categoria de professora auxiliar, além do quadro, neste Instituto. O provimento produz efeitos a partir de 16 de Setembro de 2006, dia imediato ao da conclusão das provas de doutoramento, considerando-se rescindido o anterior contrato a partir da mesma data.

De 24 de Outubro de 2006:

Foram designados os seguintes professores para integrarem o júri do concurso para professor catedrático no grupo XII de discipli-

nas — Sociologia I, aberto pelo edital n.º 225/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 93, de 15 de Maio de 2006:

Presidente — Doutor Luís Antero Reto, professor catedrático e presidente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
Vogais:

Doutor João de Freitas Ferreira de Almeida, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutor José Fernando Madureira Pinto, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Doutora Ilona Zsuzsanna Kóvacs, professora catedrática do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Juan Pedro Mozzicafreddo, professor catedrático do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutora Isabel Maria Pimentel de Carvalho Guerra, professora catedrática do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Doutor Carlos José Cândido Guerreiro Fortuna, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

27 de Outubro de 2006. — O Administrador, *Francisco Cal*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Departamento Académico

Despacho n.º 23 446/2006

Sob proposta conjunta das Faculdades de Direito e Economia da Universidade de Coimbra, foi, pela deliberação do senado n.º 54/2006, de 8 de Março, aprovada a criação do Programa de Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI.

Na sequência do registo R/B-Cr-119/2006 do referido curso na Direcção-Geral do Ensino Superior e para efeitos do disposto no artigo 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 155/89, de 11 de Maio, por remissão do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, procede-se à publicação do Programa de Doutoramento em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI:

Artigo 1.º

Condições de acesso

1 — São admitidos à candidatura os titulares de licenciatura ou mestrado em Sociologia, Direito ou outras Ciências Sociais e Humanas.

2 — Os titulares de uma licenciatura devem ter a classificação mínima de 16 valores.

3 — Podem ainda ser admitidas, a título excepcional e após decisão da comissão científica do Programa de Doutoramento, e desde que